



# CONGRESSO NACIONAL

## OFÍCIO Nº 38, DE 2014-CN (Nº 4.666/2014, na origem)

Brasília, 1 de outubro de 2014.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Congresso Nacional  
Brasília/DF

**Assunto: Relatório de Gestão Fiscal. Tribunal Superior Eleitoral.**

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao segundo quadrimestre de 2014, publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de setembro de 2014.

Atenciosamente,

  
Ministro DIAS TOFFOLI  
Presidente



## ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA S EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	35.730.236,86	896.114,27
Pessoal Ativo	35.730.236,86	896.114,27
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DE SPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	31.442,50	
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Decorrentes de Exercícios Anteriores	31.442,50	
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	35.698.794,36	896.114,27
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (I II a + III b)		36.594.908,63
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)		676.655.840.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,005408%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,017000 %		115.031.492,80
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,016150 %		109.279.918,16
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,015300 %		103.528.343,52
FONTE: Sistema Siga Gerencial e Resolução CNJ 177/2013. Unidade Responsável: Seção de Contabilidade - Secretaria de Orçamento e Finanças. Data de Emissão: 18/set/2014 e hora de emissão: 13h05.		

Nota: 1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

RUI MOREIRA DE O LIVEIRA  
Diretor-Geral

SALATIEL GOMES DOS SANTOS  
Secretário de Controle Interno

WERNNE PEREIRA E SILVA  
Secretário de Orçamento e Finanças

## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

## PORTARIA Nº 585, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao segundo quadrimestre de 2014.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo nº 6.561/2014, resolve:

Art. 1º Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao segundo quadrimestre de 2014, nos termos do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. DIAS TOFFOLI

## ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO DE 2013 A AGOSTO DE 2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.81.455.018,54	8.040.246,91
Pessoal Ativo	140.293.643,83	4.851.223,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	41.161.374,71	3.188.923,91
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.9.912.273,14	4.938.923,91
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.509.563,43	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.466.276,56	4.605.658,08
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	36.936.433,15	333.265,83
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	141.542.745,40	3.101.323,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		1.44.644.668,40
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)		67.655.840.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,021376%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <=9%	0,043887	29.6563.948,50
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <=8%	0,041693	282.118.119,37
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <=7%	0,039498	267.265.523,68

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014092600150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIN/SOP/13E, Data da emissão 10/09/2014 e data da emissão 18/09.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria JSE nº 385/2013.

3) Valor da RCL referente à Portaria STN nº 563, de 13/09/2014.

LEDA MARLENÉ BANDEIRA  
Diretor-Geral

ANDERSON VIDAL CORRÊA  
Secretário de Administração

ADAIRES AGUIAR LIMA  
Secretaria de Controle Interno e Auditoria

EDUARDO DEMÉTRIO BECHARA  
Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 544, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Torna público, na forma do anexo, o relatório de gestão fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2014, mediante sua publicação na imprensa oficial e na internet, consoante o disposto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)			TOTAL
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	(c) = (a) + (b)	
	(a)	(b)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	800.212.482,05	3.231.457,82		803.443.940,87
Pessoal Ativo	544.753.988,26	2.168.921,69		546.922.909,95
Pessoal Inativo e Pensionistas	255.458.493,79	1.062.536,13		256.521.029,92
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 de LRF)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPLETADAS (1.º do art. 19 da LRF) (II)	197.996.936,64	1.062.546,13		199.059.482,77
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	386.171,66	0,00		386.171,66
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.504.850,81	1.062.546,13		8.567.396,94
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III = I - II)	190.105.913,97	0,00		190.105.913,97
	602.215.545,61	2.168.921,69		604.384.467,30
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				676.655.840.900,00
3% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c. / IV) * 100		0,0088999%	0,000321%	0,089319%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <5%>		0,543806%		1.514.416.068,95
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 23 da LRF) - <3%>		0,312619%		1.438.695.835,50
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 29 da LRF) - <2%>		0,201428%		1.362.972.002,05

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Os percentuais aplicados foram alterados conforme Resolução n. 177, de 06 de agosto de 2013, do CNJ.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS  
Diretor-Geral

SERGIO JOSÉ AMÉRICO PEDREIRA  
Secretário de Administração e Finanças

WILSON DE OLIVEIRA BEZERRA  
Secretaria de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/interatividade.html>, pelo código 00012014082600151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

Publicado no DSF, de 14/10/2014

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 14042/2014